

O PODER DOS PEQUENOS E MÉDIOS ESTADOS NA GRANDE GUERRA: COMPARAÇÃO PORTUGAL-BRASIL

ANA PAULA PIRES

Investigadora Integrada do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa

ANTÓNIO PAULO DUARTE

Assessor do Instituto da Defesa Nacional e Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa

BRUNO CARDOSO REIS

Investigador Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assessor do Instituto da Defesa Nacional

INTRODUÇÃO

A comparação é um ato comum ao ser humano que procura perceber o mundo que o rodeia. A História comparativa é uma das ferramentas que melhor servem a compreensão da realidade, permitindo realçar, tanto as diferenças quanto as semelhanças ao nível de diferentes dimensões políticas, sociais e culturais. A comparação funciona em ciências sociais como instrumento para encontrar padrões e viragens significativas e para elaborar ou confirmar teorias mais gerais, procurando dissimilitudes e similitudes entre diversas realidades. A comparação é uma das formas da ciência histórica para melhor poder olhar criticamente o passado, assim ampliando e acrescentando conhecimento¹.

Foi com este ponto de partido que o Instituto da Defesa Nacional, em parceria com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e com o Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, organizou, a 8 de abril de 2015, o seminário de trabalho (*workshop*) “O Poder dos Pequenos e Médios Estados na Grande Guerra: Comparação Portugal-Brasil”, que reuniu trinta (30) especialistas portugueses e brasileiros com o objetivo de trocar informações por forma a fazer o ponto da situação sobre a história e as estratégias nacionais de Portugal e do Brasil na Primeira Guerra Mundial, e mais genericamente, naquilo que alguns estudiosos denominam de “Era da Guerra Mundial

(1914-1945)”. Foi pedido aos investigadores que realçassem em particular aquilo que os seus estudos traziam de novo para este tema, e quais as dificuldades que enfrentavam na sua investigação. Este evento, que contou com o apoio da Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial, cuja atividade foi brevemente descrita pelo seu presidente, General Mário de Oliveira Cardoso, inscreve-se no projeto de investigação “Pensar Estrategicamente Portugal: A Inserção Internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial” que o Instituto da Defesa Nacional desenvolve, em parceria com o Instituto de História Contemporânea e com o Instituto de Ciências Sociais². A história de Portugal na Grande Guerra conta já com uma síntese importante³, e com algumas décadas de investigação produzidas pela historiografia contemporânea, limitada no número de investigadores, mas relevante nos estudos elaborados, sobre a intervenção do país nessa contenda⁴. Todavia, a história está sempre em reelaboração, e o estudo comparativo pode trazer novas luzes e uma maior profundidade à nossa compreensão da participação portuguesa na Grande Guerra.

NOVAS METODOLOGIAS E NOVAS FONTES PARA UMA LEITURA DE PORTUGAL NA GRANDE GUERRA

Claro que uma boa história comparativa implica o recurso a múltiplos arquivos para permitir, também ao nível da recolha de fontes, multiplicar os pontos de vista, o que implica um grande investimento de tempo, de esforço e de recursos. E foi sobre esse ponto que se debruçaram duas das conferências de abertura do *workshop* em questão. Assim, um dos elementos mais importantes para a compreensão da participação de Portugal na Grande Guerra é uma ampla recolha de fontes de vários arquivos nacionais e estrangeiros que aduza novos elementos aos que classicamente tem sido manuseados para estudar esse fenómeno histórico⁵. A historiografia nacional tem vindo a proceder a um amplo levantamento de novas fontes, com as quais se possa compreender melhor a nossa participação na Grande Guerra. Por um lado, através da recolha de documentação sobre a participação portuguesa em arquivos estrangeiros, como os da Grã-Bretanha e da França, com quem Portugal tinha uma relação mais intensa, consequência, quer da sua aliança com a Entente, quer da relevância, à época, da aliança anglo-lusa. Mas também outros potencialmente cruciais e pouco ou nada explorados como os da África do Sul e da Alemanha. Este é um dos objetivos mais importantes de um projeto de investigação financiado pela Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial, “Tipologia da Conflitualidade e Beligerância na Grande Guerra”, dirigido pelo Professor António José Telo, que se propõe revolucionar a forma como a intervenção militar portuguesa nos vários teatros tem sido interpretada⁶.

Outra área muito importante de levantamento de informação, até aqui pouco ou nada conhecida e trabalhada, são os objetos de tipos diversos e os textos memoriais da Grande Guerra, os mais ou menos longos e numerosos diários da época, que permaneceram “engavetados” porque os seus

autores não tiveram interesse ou a oportunidade de os apresentar ou publicar. O Instituto de História Contemporânea tem, por isso, em decurso um projeto sobre “Memórias da I Guerra Mundial” que foi apresentado pela Professora Maria Fernanda Rollo. Ele tem em vista a “identificação e a divulgação de materiais, relatos, memórias, reprodução de imagens, documentos e objetos e das histórias que lhes estão associadas, (...) essencial para o aprofundamento do estudo da I Guerra Mundial em geral e, em particular, para analisar e compreender a importância desse conflito no nosso País: “(...) Pretende-se, através deste projeto, conhecer as histórias dos que partiram para a guerra e dos que ficaram, das suas famílias, percursos, legados.” Ademais “O conhecimento, estudo e divulgação de conteúdos de natureza diversa, nomeadamente diários, cartas, postais, fotografias e mapas, mas, também, filmes e músicas, constitui uma contribuição inestimável para o aprofundamento do conhecimento que temos sobre a participação e o impacto da I Guerra Mundial em Portugal contribuindo também por essa via para a valorização da nossa história”⁷. Este projeto terá a virtualidade de permitir uma história muito mais rica e multidimensional da guerra, vista a partir de baixo e não apenas das elites. O *workshop* foi, nesse sentido, particularmente rico na exemplificação da amplitude de temáticas com que atualmente a historiografia dissecou a participação de Portugal na Grande Guerra: desde o estudo sobre a relação entre o desporto e a vivência da guerra – soldados e atletas, a força dos Estados⁸, passando pelo estudo sobre os prisioneiros de guerra portugueses⁹, à vivência da guerra no feminino¹⁰, à mobilização da academia¹¹ e ao desenvolvimento da cultura médica por via da participação de médicos no Corpo Expedicionário Português¹². E até, ao estudo dos vereadores da cidade de Lisboa – cidade tão republicana – que participaram ativamente nas campanhas militares da Grande Guerra¹³.

LEITURAS COMPARATIVAS: PORTUGAL E O BRASIL NA GRANDE GUERRA

Fará sentido comparar Portugal e o Brasil na Grande Guerra? Pode parecer estranho comparar dois Estados aparentemente tão diferentes. Mas mais estranho seria ignorar a facilidade de comunicação entre académicos destes dois países, que partilham a mesma língua, nem que fosse para encontrar tão só diferenças. A importância das ligações linguísticas e culturais nas relações internacionais, e mais particularmente, entre Portugal e o Brasil, aliás, foi demonstrado por uma investigação em curso em torno da “rede latina”¹⁴.

E o facto é que o Portugal e o Brasil eram, na década de dez do século XX, mais semelhantes do que se poderia pensar. A dimensão geográfica do Brasil era a mesma de hoje. Mas Portugal, com vastos territórios ultramarinos espalhados por três continentes, era um Estado com uma dimensão muito mais dilatada do que na atualidade. Por outro lado, o Brasil tinha então uma população muito reduzida quando comparada com a atual, que em redor de 1914 era de cerca de 30 milhões de habitantes¹⁵, não assim tão distante daquela que o governo Lisboa tutelava, porquanto aos cerca de 6 milhões de habitantes da metrópole durante a década de dez do século XX¹⁶, se juntariam aproximadamente outros 9 milhões nos territórios ultramarinos, totalizando 15 milhões de pessoas¹⁷. Mas o ponto principal que aproximava Brasil e Portugal nas vésperas da Primeira Guerra Mundial residia no facto de ambos serem Estados com um grande território mas fracos em poder efetivo. Apesar de vastos territórios e de grandes recursos potenciais, ambos os países tinham grande dificuldade em controlá-los. As grandes deficiências ao nível da capacidade científico-tecnológica e organizacional significavam que tinham grandes dificuldades em mobilizar e usar eficazmente os meios de que dispunham, pelo que interessavam aos beligerantes sobretudo pela relevância geoestratégica do seu território, pelo controlo de recursos estratégicos

e pelo valor para a propaganda em ter o apoio de muitos países¹⁸.

A leitura comparada da situação estratégica de Portugal e do Brasil na Grande Guerra, e em geral, durante as duas guerras mundiais, não pode deixar de realçar também a importância das dinâmicas sistêmicas na política internacional. Por paradoxal que possa parecer, o mundo antes de 1914 tinha assistido a uma forte intensificação das interações entre os diversos continentes, ao nível do comércio, das comunicações, das migrações (de milhões de pessoas), muito facilitadas por novas tecnologias como os navios e comboios a vapor ou o telégrafo. Para países especialmente dependentes do comércio externo e das comunicações marítimas, como eram o caso de Portugal e do Brasil, tornava-se uma impossibilidade ficar completamente de fora da Grande Guerra, cujo impacto seria sempre significativo fosse qual fosse a vontade dos respetivos governos. Nesse sentido, se as modalidades precisas da intervenção militar no conflito mundial, quer de Portugal, quer do Brasil, foram uma opção política voluntarista, a implicação de ambos os países na Primeira Grande Guerra é imposta pelas dinâmicas sistêmicas internacionais catalisadas pela própria escala global e enorme intensidade da Primeira Guerra Mundial ou Grande Guerra. Com efeito, o caráter totalizante da nova guerra, com a hegemonia da defesa sobre o ataque, induz os atores bélicos a uma ampliação e a uma intensificação progressiva da luta (Veiga e Martín, 2014: 128-129).

Dito isto, no caso português, as mais importantes lideranças do Partido Republicano Português assumem uma vontade beligerante, que resulta nas ações que levam à declaração de guerra da Alemanha de 9 de março de 1916, em nome do progresso global e nacional – a ideia de renovação da glória da época dos Descobrimentos portugueses¹⁹. Mas também para procurar compensar a situação da República Portuguesa, internacionalmente isolada, como um regime regicida

e anticlerical, numa Europa quase inteiramente monárquica, com exceção da Suíça e da França (Ramos, 2008: 78-81) e da antevisão temerosa das implicações para o regime e o império colonial português de uma possível “paz negociada” entre Grã-Bretanha e Alemanha. A questão da África portuguesa foi efetivamente um dos argumentos centrais para procurar legitimar com argumentos nacionalistas e não apenas ideologicamente republicanos a beligerância nacional. Mas os efeitos que o desfecho do conflito poderiam ter para as possessões portuguesas era uma preocupação que transparece em muitos dos textos da época. O que não impedia o sonho de com a participação na guerra poder Portugal ampliar o seu património colonial. Um exemplo: usar a intervenção do país na Grande Guerra para assegurar a posse de toda a ilha de Timor²⁰. Para Angola e Moçambique partiriam, efetivamente, as primeiras forças militares expedicionárias portuguesas e aqui se iniciaria também a ação bélica nacional na conflagração. Ainda hoje é um dos tópicos mais relevantes para a historiografia nacional, quer na sua vertente mais militar²¹, quer noutras vertentes, como os estudos económicos e demográficos. Neste campo, as investigações em curso têm vindo a evidenciar que a África portuguesa sofreu devastadoramente com o impacto da guerra, principalmente nas zonas onde houve ações de cariz bélico, produzindo em alguns casos um drástico declínio populacional e uma profunda desestruturação social²².

Para o Brasil, e em geral, para a América Latina, a contenda europeia era, em 1914, vista como distante, optando esses países por uma política de neutralidade e não intervenção no conflito. Contudo, a guerra económica, a guerra naval em geral, e a guerra submarina em particular, fragilizaram essa postura. A entrada dos Estados Unidos da América na Primeira Guerra Mundial como resultado direto desses fatores teve um efeito indutor no conjunto do continente latino-americano, em especial no Caribe e na América Central, pelo forte predomínio

político e a presença militar norte-americana nessa área regional – com Cuba, por exemplo, ainda um protetorado formal. No caso do Brasil, a par da vontade de aproximação aos Estados Unidos da América, houve também uma forte vontade de promover o estatuto internacional do país como foi referido pelo Professor Alexandre Morelli²³. Sem dúvida muito importante para ambos os países foram as dimensões atlântica e naval do conflito na entrada na guerra. O afundamento de navios mercantes brasileiros, principalmente nas costas europeias, do ponto de vista do Professor Vágner Alves teria sido mesmo a condição *sine qua non* da beligerância brasileira, com a declaração de guerra do Brasil à Alemanha a 26 de outubro de 1917²⁴. Já no caso de Portugal, foi a necessidade de compensar as perdas navais muito significativas, advindas da guerra submarina, que acabou por forçar a Grã-Bretanha, renitente relativamente à beligerância portuguesa, a fazer o pedido a Portugal de apresamento, para utilização pelos Aliados, de navios da Tríplice recolhidos em portos portugueses, e que levou à declaração de guerra da Alemanha. É de sublinhar igualmente que na costa portuguesa foram afundadas muitas embarcações de todo o tipo por submarinos alemães, pelo que o caso do “patrulha” Augusto Castilho está longe de ser único, sendo perfeitamente possível a simples pescadores saírem para trabalhar e acabarem afundados ou aprisionados à vista das povoações costeiras²⁵. Esta real ameaça alemã levou a uma significativa revisão da defesa da barra do Tejo entre 1916 e 1918²⁶. Em Portugal como no Brasil havia divisões quanto à entrada na guerra. Eventualmente, até mais dramáticos *a priori* no caso do Brasil, onde existiam grandes colónias de emigrantes portugueses, italianos, alemães e outras que tendiam a simpatizar com a sua pátria de origem – veja-se o caso do ministro das relações externas brasileiro, de origem alemã, que foi forçado a demitir-se por suspeitas de simpatias com a Alemanha. No entanto, uma vez a guerra declarada, as divisões parecem acentuar-

se no caso de Portugal e atenuar-se no caso do Brasil²⁷.

Um aspeto de sublinhar, tendo em conta a abordagem estratégica específica do projeto de investigação encabeçado pelo Instituto da Defesa Nacional, é a postura internacional de ambos os Estados e a leitura que fizeram de si mesmos e da sua situação no mundo. No caso do Brasil há a “perceção das elites governantes acerca de um suposto direito de reconhecimento pela comunidade internacional do diferencial do país na hierarquia mundial” como motor da intervenção brasileira na Primeira Guerra Mundial (Pinheiro, 2004: 18). O mesmo se poderia dizer do caso de Portugal. Para a elite republicana mais radical tratava-se da renovação da Idade de Ouro de Portugal²⁸. Norton de Matos, Ministro da Guerra dos governos da “União Sagrada”, e como tal um dos mais diligentes pró-beligerantes nacionais²⁹, não hesita em afirmar que “poucos no nosso país houve superiores a esses acontecimentos; a formação da nação à custa de mouros e espanhóis; os episódios da formação do império de Marrocos; o périplo de África; a descoberta do caminho marítimo para a Índia e o Império do Oriente . . . e talvez nada mais que se possa comparar à intervenção de Portugal na Grande Guerra” (Matos, 2004: 194).

E, no entanto, João Chagas, ele próprio um dos mais aguerridos propugnadores da nossa beligerância na Grande Guerra, observou descoroçoado, o quão diferente em esforço relativo e em consequente prestígio internacional era a prestação portuguesa face à da Sérvia ou da Austrália: “Alistaram-se até aqui no exército inglês 426.000 recrutas australianos. (. . .). A Austrália tem pouco mais de 4 milhões de habitantes. Portugal tem 6 milhões de habitantes. Forneceu penosamente um esforço de 45.000 homens e conclui tudo por um desastre” (Chagas, s/d: II, 166). Fosse por que o milagre de Tancos, apesar de relevante no contexto das habituais capacidades nacionais, se revelara ainda assim muito insuficiente para o enfrentamento em

tão extraordinária guerra, fosse porque fora demasiado pouco e demasiado tarde, para que a Primeira República reavivasse um exército moralmente e materialmente minado pelas divisões políticas característica da realidade política nacional e pelo conflito aberto pela República mais radical com alguns dos oficiais portugueses mais capazes, mas de convicções conservadoras³⁰. Estes problemas disciplinares e as divisões políticas (também entre republicanos) afetaram ainda a Armada, pese embora o seu caráter mais republicano, de tal forma que se pode ver a instauração da República, em boa medida, como uma “revolta naval”³¹.

Quanto à intervenção militar brasileira na Primeira Grande Guerra, a partir do início de 1918, também ela sofreu de um elevado grau de ineficácia – com a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) a chegar à Europa no último dia da Primeira Guerra Mundial, após uma demorada e difícil travessia do Atlântico, iniciada em maio de 1918, por causa de repetidas avarias mecânicas e no meio de uma grave crise sanitária que assolou a tripulação em Dacar.

A nova ordem internacional, saída dos escombros da Grande Guerra, construída pelos Tratados de Paz de Paris de 1919, e centrada na Sociedade das Nações (SDN), foi efetivamente um fracasso a médio prazo. Logo no curto prazo, ela apareceu como um enorme fracasso para Portugal, que viu a Espanha neutral a assumir um lugar eleito no Conselho Permanente da Sociedade das Nações a que aspirava (Ferreira, 1992). Quanto ao Brasil, procurou obter aí um lugar permanente, ou pelo menos de substituição do assento permanente deixado vago pelos Estados Unidos da América. E embora o Brasil tenha tido sucesso em fazer-se eleger sucessivamente para o Conselho da SDN – algo que para Portugal teria bastado – fazendo valer o argumento da diversidade continental e da sua grandeza territorial, o facto de ter sido preterido, em relação à Alemanha, para um lugar permanente no referido conselho, em 1926, levou-o a abandonar

esse organismo internacional. Para ambos os países, a intervenção na grande conflagração mundial não assegurou um melhor posicionamento na hierarquia de poderes internacionais, mas o Brasil, pela sua dimensão e afastamento em relação ao centro europeu, podia dar-se ao luxo de se afastar da Sociedade das Nações, ao contrário de Portugal, que como relativamente fraca potência europeia, não podia deixar de participar nos grandes debates que afetavam o continente.

CONCLUSÃO

Nas duas últimas décadas o conhecimento historiográfico sobre a participação de Portugal na Grande Guerra ampliou-se consideravelmente. Estes estudos têm ao mesmo tempo preenchido muitos vazios, ajudado a desfazer alguns mitos, mas também evidenciado a necessidade de aprofundarmos mais amplamente o nosso conhecimento. Novas interrogações, de facto, espelham a acumulação do nosso conhecimento sobre esse período da história de Portugal. No Brasil, segundo os professores Alexandre Morelli e Vágner Alves, este campo de estudos parece relativamente mais limitado, sendo desejável que a evocação do centenário permita uma sua maior revitalização.

A história comparativa pode, neste contexto, ser uma ferramenta essencial para um melhor entendimento da participação portuguesa e brasileira na Primeira Grande Guerra. Assim, o conhecimento de outras histórias nacionais pode aclarar melhor a própria postura de Portugal e dos portugueses, e do Brasil e dos Brasileiros na Primeira Guerra Mundial. Portugal e o Brasil têm uma peculiar relação, fruto de um passado comum e de partilharem a mesma língua. As diferenças são grandes, mas nem sempre foi tanto assim no passado. Aquando da Primeira Guerra Mundial, por via do império colonial, Portugal era igualmente um Estado de grandes dimensões e a reduzida população do Brasil afastava-o do estatuto de grande potência. Ademais, ambos os

países eram sociedades ainda rurais e de reduzido desenvolvimento económico e tecnológico moderno. A leitura que ambas as nações faziam de si próprias e da posição que deveriam ter no mundo era confrontada com uma realidade de fragilidade estratégica e de efetiva autonomia limitada no sistema internacional, um facto que se torna muito claro ao ver-se as dinâmicas que levaram à intervenção de Portugal e do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Estas limitações espelham-se igualmente aquando da efetiva participação, independentemente do nível de empenho e sacrifício que possa ter sido revelado pelas tropas envolvidas.

NOTAS

¹Seguimos aqui Nuno Severiano Teixeira, “A Histo-riografia Contemporânea e a 1.ª Guerra Mundial”, no *workshop* “O Poder dos Pequenos e Médios Estados na Grande Guerra: Comparação Portugal-Brasil”, em 8 de abril de 2015, no Instituto da Defesa Nacional, em Lisboa.

Todas as demais referências em nota de rodapé apenas com o autor e o título referem-se a inter-venções neste *workshop*.

²António Paulo Duarte, “Pensar Estrategicamente Portugal: A Inserção das Pequenas e Médias Potên-cias e a Primeira Guerra Mundial”. Ver também em Portugal na Grande Guerra, no âmbito da Linha de Investigação criada no Ministério da Defesa Na-cional, sítio digital da Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial”, dis-ponível em <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Paginas/LinhadeInvestiga%cc3%ba7%cc3%ba3o.aspx>, consultado em 28 de abril de 2015.

³Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, “História de um livro: Portugal e a Grande Guerra”. A obra em causa é: Carlos de Matos Gomes e Aniceto Afonso (2010). *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa, Verso.

⁴Sobre este assunto consultar Duarte e Reis (2014).

⁵Ideia defendida por António José Telo, “Tipologia da Conflitualidade e Beligerância na Grande Guerra”.

⁶Sobre este projeto, veja-se Portugal na Grande Guerra, Linha de Investigação, sítio digital da Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial, em <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Paginas/LinhadeInvestiga%cc3%ba7%cc3%ba3o.aspx>, consulta-do em 16 de abril de 2015.

⁷Sobre este projeto do Instituto de História Contem-porânea, veja-se Rollo (s/ d).

⁸Rita Nunes, “Jogos Inter-Aliados de 1919”.

⁹Fátima Mariano, “Prisioneiros, a Face Esquecida da Guerra”.

¹⁰Natividade Monteiro, “Mobilização das Mulheres Portuguesas Durante a Grande Guerra”.

¹¹Ângela Salgueiro, “Mobilização da Academia em Tempo de Guerra – Entre a Mobilização Geral e a Mobilização Científica”.

¹²Margarida Portela, “Pequenos Grandes Desen-volvimentos – A Medicina Portuguesa Durante a Grande Guerra”.

¹³Eunice Relvas, “Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa (1908-1926) que Participaram na Grande Guerra”.

¹⁴Maria Inês Queiroz, “A ‘grande rede latina’: Portugal e Brasil na Estratégia Mundial de Radio-comunicações”.

¹⁵“‘Estatísticas do Povoamento’ Evolução da Popu-lação Brasileira”, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em <http://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/evolucao-da-populacao-brasileira>, consultado em 17 de abril de 2015.

¹⁶Registados 5.960.056 habitantes no censo de dezembro de 1911 e 6.032.991 habitantes no censo de 1929 (Marques, 1986: 289).

¹⁷Só a partir de 1940 se teve, graças ao censo desse ano, um primeiro número, bem mais fidedigno para a população das colónias portuguesas, diz Oliveira Marques. Por volta de 1940, a população de Angola e Moçambique seria respetivamente de 4.000.000 e de 5.000.000 de habitantes. O mesmo autor refere que a população de Angola teria declinado até 1930, passando de 4.000.000 no início do século XX para 3.000.000 de habitantes. A Guiné teria cerca de 300.000 habitantes por volta de 1920 e Cabo Verde cerca de 150.000. Maior precisão havia sobre a população do Estado Português da Índia e de Timor, respetivamente, 500.000 e 400.000 habitantes nas primeiras décadas do século XX. O número aqui apresentado relativo à população das colónias portuguesas, por volta de 1914, é por conseguinte uma estimativa mas que não deve fugir muito da realidade. Veja-se, para estes dados, Marques (1986: 556, 559-560).

¹⁸Ponto sublinhado por Bruno Cardoso Reis na sua apresentação das conferências sobre o caso do Brasil. Ver também Reis (2014).

¹⁹Luís Farinha, “Pátria, República, Império – Uma Trilogia Simbólica”.

²⁰Célia Reis, “A Guerra Como Solução Para a Soberania Portuguesa - os Casos de Macau e Timor”.

²¹Luís Bernardino – Academia Militar, “A Grande Guerra e o Espaço Africano: Angola”; Nuno Lemos Pires, “Portugal na Grande Guerra em África (1914-1918)”; José Luís Assis, “A Grande Guerra em África (1914-1918)”: relatório de uma comissão de oficiais gerais realizada à 4.ª expedição a Moçambique, sob o comando do general Tomaz de Souza Rosa; Miguel Freire, “Desempenho Tático e de Liderança dos Comandantes em África (1914-18): Aprender Para Combater”.

²²Hélder Adegar Fonseca, "A 1.ª Guerra Mundial e a Vida Quotidiana da População Civil do Sul de Angola (1914-1915)".

²³Alexandre Moreli Rocha, "O Brasil na 1.ª Guerra Mundial".

²⁴Vágner Camilo Alves, "O Papel do Brasil nas Duas Guerras Mundiais".

²⁵Paulo Costa, "A Guerra no Mar Durante a Primeira Grande Guerra – Aspetos Militares e Cíveis do Envolvimento Português". A estratégia da campanha submarina alemã foi descrita por Marisa Fernandes, "A Arma Submarina na Estratégia Alemã na I Guerra Mundial".

²⁶Carlos Alves Lopes, "O Bloqueio Naval e a Defesa do Tejo: 1916-1918"

²⁷Alexandre Moreli Rocha, "O Brasil na 1.ª Guerra Mundial" e Vágner Camilo Alves, "O Papel do Brasil nas Duas Guerras Mundiais".

²⁸Luís Farinha, "Pátria, República, Império – Uma Trilogia Simbólica".

²⁹Helena Pinto Janeiro, "Norton de Matos e a Guerra: O Primado da Política.

³⁰Nuno Lemos Pires, "Portugal na Grande Guerra em África (1914-1918)".

³¹Carlos Valentim, "Portugal na Grande Guerra: a Componente Naval. Da Insubordinação na Política Interna a Instrumento da Beligerância"

Grande Guerra de 1914-1918", *Nação e Defesa*, n.º 139, pp. 110-122.

Ferreira, José Medeiros (1992). *Portugal na Conferência de Paz, Paris, 1919*. Lisboa, Quetzal.

Marques, A. H. de Oliveira (1986). *História de Portugal, Vol. III. Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. Lisboa: Palas Editores.

Matos, Norton de (2004). *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Tomo V, 3.º Vol.

Pinheiro, Leticia (2004). *Política Externa Brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Ramos, Rui (2008). "A Revolução Portuguesa de 1910 e a Política Externa Portuguesa", in João Marques de Almeida e Rui Ramos (Coord.), *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal, Séc. XIX e XX*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional/Edições Cosmos, pp. 55-94.

Reis, Bruno Cardoso (2014). "Portugal e as Pequenas Potências na Grande Guerra de 1914-1918", *Relações Internacionais*, n.º 42, pp.35-61.

Rollo, Maria Fernanda (s/d). "Apresentação", Projeto *Memórias da I Guerra Mundial 1914-1918*. Disponível em <http://memorias.portugal1914.org/>, consultado em 16 de abril de 2015.

Veiga, Francisco e Martín, Pablo (2014). *Las Guerras de la Gran Guerra (1914-1918)*. Madrid: Los Libros de la Catarata.

BIBLIOGRAFIA

Afonso, Aniceto e Gomes, Carlos de Matos (2010). *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa, Verso.

Chagas, João (s/d.). *Diário II, 1915-1916-1917*. Lisboa: Edições Rolim.

Duarte, António Paulo e Reis, Bruno Cardoso (2014). "O Debate Historiográfico sobre a